

# Grandes Projetos de Desenvolvimento na Ilha do Maranhão-Brasil: formas contemporâneas de colonizar os territórios, os recursos e os povos e comunidades tradicionais

*Bartolomeu Rodrigues Mendonça<sup>1</sup>*

Recibido: 27/03/2019

Aceptado: 31/03/2020

## RESUMEN

Las ciudades en países que se modernizaron desde la experiencia colonial pasaron por largos procesos de conversión de organizaciones sociales y espaciales de los pueblos originales en una matriz social, espacial e política impuesta por el colonizador. Este capítulo desarrolla la hipótesis de que la ciudad de São Luís, en Maranhão, Brasil, fue estructurada sobre una lógica de organización socio espacial de los indígenas, como también sus marcas fueron borradas de la historia oficial, aunque se pueda ver en las fronteras, así como en la periferias y pueblos campesinos, como se mantienen los rastros de las vidas que se procuró eliminar. Se utiliza literatura capaz de comprender estos procesos, más allá de vivencias con grupos de poblaciones campesinas y de las periferias que guardan narrativas capaces de hacer emerger la historia de luchas y resistencias para mantenerse visibles en la historia.

**Palabras clave:** *Continuum* colonial, São Luís, Pueblos originarios, Luchas y resistencias.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Professor do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), email: canapum@gmail.com.

## Large Projects on the Island of Maranhão, Brazil: contemporary ways of colonizing territories, resources, traditional peoples and communities

### ABSTRACT

The cities in the countries that if modernized from the colonial experience went through long processes of conversion of social and spatial organizations of the original peoples in a social, spatial and political matrix imposing colonizing hair. This chapter fulfills the hypothesis that the city of São Luís, in Maranhão no Brasil, was structured on a logic of socio-spatial organization of the indigenous people, as well as its marks were extinguished from the official history, although it is seen on the sidelines. As in the peripheries and peasant villages, how to keep the traces of the lives that they tried to close. Literature capable of understanding these processes is used, beyond experiences with groups of peasant and peripheral populations that keep narratives capable of making the history of struggles and resistance emerge to keep them visible in history.

**Keywords:** Colonial *continuum*, São Luís, Native population, Struggles, Resistance.

### Introdução

No artigo a partir de revisão teórica e de observação direta de grupos sociais em conflitos com corporações e governos, evidenciar como o *modus operandi*, desde a concepção, construção até a ampliação de grandes estruturas estatais e de produção capitalista sobre os territórios e as vidas dos povos originários e comunidades tradicionais na Ilha do Maranhão no nordeste Brasileiro, tem sido uma marca indelével na sua história social, remontando ao primeiro grande plano de desenvolvimento da era que se convencionou denominar moderna. Construir a Cidade de São Luís sobre os territórios indígenas foi o primeiro grande projeto, que se mantém como fio condutor das práticas de expropriação das terras, dos minerais e dos recursos da Ilha, saqueados dos seus donos originários até grupos atuais de população empobrecida e vivendo nas periferias.

## 1. O projeto de transformar a Ilha Upaon-Açu na cidade São Luís

A Ilha do Maranhão, localizada no nordeste brasileiro, na porção norte do Estado do Maranhão comporta a capital do Estado, São Luís, e outros três municípios (Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar) (Figura 1). Segundo Araújo, Teles e Lago:

A Ilha do Maranhão está situada ao norte do estado do Maranhão, região nordeste do Brasil. Está enquadrada pelas coordenadas geográficas 2° 24' 10" e 2° 46' 37" de latitude Sul e 44° 22' 39" e 44° 22' 39" de longitude Oeste, com área total de aproximadamente 831,7 Km<sup>2</sup>. Possui uma população de 1.067.974 habitantes. A Ilha é composta pelos seguintes municípios: São Luís (capital), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.<sup>2</sup>

Para Ferreira<sup>3</sup>:

A denominação à cerca da Ilha em que se localiza a capital maranhense recebe três conotações: 1) ilha de São Luís por ressaltar a importância econômica da capital em relação aos demais municípios localizados na mesma; 2) ilha de Upaon-Açu em alusão à toponímia indígena e de acordo com o artigo 8º da Constituição Estadual/1989; 3) ilha do Maranhão,..., devido à relevância do aspecto geográfico.

Para Feitosa<sup>4</sup> a «palavra Upaon-Açu, de uso corrente na linguagem aborígine e traduzida para o português com o significado de Ilha Grande» foi praticamente inutilizada pelos europeus colonizadores, «assim, surgiram nomes como: ilha Grande do Maranhão, ilha da Trindade, ilha das Vacas e ilha de São Luís». Neste trabalho, optamos em nomeá-la: *Upaon-Açu ou Ilha do Maranhão*.

Ferreira<sup>5</sup>, ao tratar da localização geográfica de São Luís afirma que:

[...] é parte da mesorregião Norte Maranhense, ocupando o setor Oeste e parte dos setores Norte e Sul da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, sendo a mais importante entre as quatro unidades político-administrativas que a

<sup>2</sup> Araújo, Elienê; Teles, Mércia, y Lago Willinielsen. «Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM», en: *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil*, 25-30 abril 2009, INPE, pp. 4.631-4.638.

<sup>3</sup> Ferreira, Antônio. *A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro*, São Luís, EDUFMA, 2014, p. 21.

<sup>4</sup> Feitosa, Antônio. «Controvérsias na denominação da Ilha do Maranhão», *Humanae Res*, São Luís, vol. 1, no. 1, jul/dez 1990, p. 74.

<sup>5</sup> Ferreira, A., *op. cit.*

integram, estando localizada na costa setentrional do Brasil, mais precisamente numa faixa insular do Golfão Maranhense.

Segundo estimativa do IBGE para o ano de 2018, em informações contidas no seu sítio eletrônico<sup>6</sup> a população da Ilha do Maranhão é de 1.421.946, sendo que a maior concentração encontra-se na Capital, com 1.094.667 habitantes distribuídos em uma área de 834.785 Km<sup>2</sup> (Quadro 1).

**Quadro 1**  
**População e área dos municípios da Ilha do Maranhão, estimativa 2018**

Município	Área (km <sup>2</sup> )	População (hab.)
São Luís (capital)	834,785	1.094.667
Paço do Lumiar	122,828	120.621
Raposa	66,28	30.337
São José de Ribamar	388,371	176.321
Ilha do Maranhão	1.412,26	1.421.946
Maranhão	331.936,96	70.350.355

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

As divergências de informações entre o quadro acima e o trabalho de Araújo, Teles e Lago<sup>7</sup> sobre a área total da Ilha do Maranhão se dá em razão de aqueles autores considerarem apenas a área de terra firme e desconsiderarem que a ilha de Tauá-mirim, formalmente, pertence ao município de São Luís.

O debate historiográfico ainda vivo sobre quem teria, de fato, colonizado a Ilha Grande do Maranhão, qual teria sido o ambicioso projeto de chegar além-mar e se apropriar das riquezas, se dos portugueses<sup>8</sup> ou dos franceses,<sup>9</sup> talvez se constitua em uma vigorosa chave

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Maranhão/Municípios/Histórico, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. (consulta: 05 jan 2019).

<sup>7</sup> Araújo, E; Teles, M., y Lago, W., *op. cit.*

<sup>8</sup> Lacroix, Maria. *A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*, São Luís, Editora UEMA, 2008; Lacroix, Maria. *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial*, São Luís, UEMA, 2006.

<sup>9</sup> Bettendorff, João. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010; Feitosa, A., *op. cit.*; Meireles, Mário. *França Equinocial*, 3ª ed, São Luís, Edições AML, 2012. Meireles, Mário. *História de São Luís*, 2ª ed, São Luís, Edições AML, 2015a.; Meireles, Mário. *História do Maranhão*, 5ª ed., São Luís, AML, 2015b.

analítica capaz de nos ajudar a reconhecer os aspectos presentes do modelo de desenvolvimento pautado no controle da população, na exploração dos recursos e no cercamento das terras presente ainda hoje Ilha Upaon Açú.

Ferreira<sup>10</sup> discute a polêmica acerca da fundação da cidade se por gauleses ou lusitanos e, referindo-se ao historiador Mário Meireles, afirma que ele «prudentemente advoga que o mais correto era sobressair que São Luís é uma cidade portuguesa que nasceu francesa». Entretanto, é patente perceber como a maioria dos autores, das mais variadas colorações políticas e de *status* acadêmico, sequer cogita a possibilidade de que Upaon-Açú (Ilha Grande) já era um núcleo humano, com o nome ou não de cidade, erguido pelo povo tupinambá antes da chegada dos corsários europeus. Revela-se nitidamente a impressão, já bastante combatida pelas ciências sociais e humanas críticas, de que é inconcebível admitir que índios fossem capazes de ocupar, usar e ordenar racionalmente seu território, o que lembra bem a ideia corrente de que esses povos seriam primitivos e bárbaros, portanto, sem lei, sem rei, sem Estado, sem escrita.<sup>11</sup>

A despeito das dissensões sobre os verdadeiros fundadores de São Luís, portugueses ou franceses, nossos dois autores beligerantes<sup>12</sup> concordam em um ponto: para ambos as terras de Upaon-Açú eram por direito da coroa portuguesa, afinal assim previa Tordesilhas.

O autor continua descreve a organização social; a estrutura arquitetônica; os instrumentos de produção e utensílios domésticos; os hábitos alimentares; a relação com o sagrado e com a natureza; as festas e rituais; ornamentos e pinturas corporais; as armas, performance de guerra e os principais inimigos dos maranhaguaras. Entretanto, o historiador, por convicção, ou por formação, narra o passado dos nativos, no presente, com base no paradigma da história do vencedor, o que por várias ocasiões se evidencia: «forma de governo não a tinham nenhuma».<sup>13</sup> «Seus conhecimentos, que eram muito pouco e rudimentares...»<sup>14</sup>, «não tinham uma religião...os pajés eram antes feiticeiros e curandeiros que sacerdotes, muito embora se arrogassem virtudes divinatórias.»<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> Ferreira, A., *op. cit.*, p. 25.

<sup>11</sup> Meireles, M., *op. cit.*, 2015b.

<sup>12</sup> Meireles, M., *op. cit.*, 2015a; Meireles, M., *op. cit.*, 2015b; Lacroix, M., *op. cit.*, 2008; Lacroix, M., *op. cit.*, 2006.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 46.

Esse modo de enunciação, conforme lembra Lander<sup>16</sup> deriva das hierarquias cronológicas e da negação da simultaneidade à toda sorte de povos conquistados pela Europa. Ele afirma: «a conquista ibérica do continente Americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: *a modernidade e a organização colonial do mundo*»; com o que para ele, na América, inicia-se «a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória», como também «do imaginário».

É como se os colonizadores (agora nomeados modernos, civilizados), fossem dotados de ciência, política, religião elevadas, ao passo que os colonizados/escravizados (hoje os analfabetos, adeptos de religiões afro-brasileiras, moradores das periferias, desempregados, camponeses), ao contrário, antes e agora seriam atrasados, selvagens, desprovidos de ciência, técnica, política, religião. Dito de outro modo, indígenas, quilombolas, povos e populações tradicionais, nessa concepção, não teriam conseguido acompanhar as marcas e as mudanças temporais, como se ainda hoje vivessem no passado amorfo dos idos da conquista. Talvez isso explique a prática, o método até hoje utilizado pelos grupos de poder econômico e político que expropriam os territórios, expulsam as populações e instalam suas plantas dos seus projetos de desenvolvimento.

A opção de apagar as marcas dos povos originários teve como consequência, na mesma medida, apagar sua história, suas memórias e, sobretudo, seus direitos e das gerações que se sucederam ao longo dos séculos. Convenceremo-nos de que nossos ancestrais indígenas, assim como os africanos escravizados que a eles se juntaram, eram desprovidos de organização política, territorial, social e econômica, ao seu modo, é negar, como foi negado, a sua condição plena de humanidade, fato que justificou, e justifica atualmente, toda sorte de exploração, expropriação, exclusão e violência.

Acreditamos conseguir, até agora, ter iniciado a apresentação da leitura das proximidades entre Europa e Upaon-Açu por outra janela de explicação e análise, qual seja, pela história dos derrotados, ou escovar a história a contrapelo como diz<sup>17</sup>, ou no dizer de Dussel<sup>18</sup>,

<sup>16</sup> Lander, Edgardo. «Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos», en: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais*, Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 26.

<sup>17</sup> Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Tradução, Sergio Paulo Rouanet, 3ª ed., Obras Escolhidas, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>18</sup> Dussel, Enrique. «Europa, modernidade e eurocentrismo», en: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*, Buenos Aires, CLACSO, 2005, pp. 55-70.

pelas «vítimas inocentes do sacrifício ritual» da colonialidade (= modernidade).

Sobre o protagonismo do tupinambá nessas relações coloniais, e contrariando a historiografia brasileira hegemônica, recentemente, um jovem historiador, Darlan<sup>19</sup> pende a marcar que os traços indígenas são tão ou mais indelévels à sociedade da Ilha do Maranhão, quanto aos dos europeus constantes e reiteradamente, evidenciados na literatura oficial. Sbrana<sup>20</sup> afirma que «como o último território histórico dos tupinambás foi a chamada 'Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas', decidimos...analisar sistematicamente o processo a partir da localização das aldeias tupinambás da então chamada Ilha Grande do Maranhão». Ou seja, o historiador opta por inverter a análise corrente e passa a pensar a Upaon-Açu pela história e geografia dos indígenas (no limite que é possível) e não dos europeus.

Sbrana<sup>21</sup> procura, com sua investigação, «desfazer os silêncios do discurso colonizador» que impõe uma história e uma geografia da Ilha do Maranhão como sendo apartada da história tupinambá e com origem marcada pela chegada dos europeus, pelo que nosso historiador aponta o contrário.

Seja a planta traçada pelo engenheiro do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, em 1615; seja aquela desenhada pelos holandeses em 1643<sup>22</sup>, ambas circunscreviam um restrito núcleo assentado sobre as feitorias das aldeias indígenas que não alcançava duas léguas ao redor do forte erigido pelos franceses, no mais, mesmo esta área como todo o restante do perímetro de Upaon-Açu se circunscrevia pelos caminhos, arquitetura e organização indígena e foi sobre esta «cidade» real de índios e dos índios que se espalhou o domínio europeu, aproveitando o traçado já inscrito pela estrutura sócio-histórica-geográfica dos tupinambá. Assim conclui<sup>23</sup> Sbrana:

Podemos afirmar que as aldeias estavam distribuídas ao redor de toda ilha. Com o avançar do tempo, foram transformadas em vilas, freguesias e depois em bairros, sem que houvesse ruptura entre uma forma de vivência e as outras. As aldeias mudaram de designação, mas a cidade manteve as suas características: crescera espalhada porque acompanhou a disposição das aldeias.

---

<sup>19</sup> Sbrana, D., *op. cit.*, 2014; Sbrana, Darlan. *A Ilha antes de São Luís: localização das aldeias tupinambás da Ilha Grande do Maranhão (século XVII)*, São Luís, FAPEMA/UFMA, 2015.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 2.

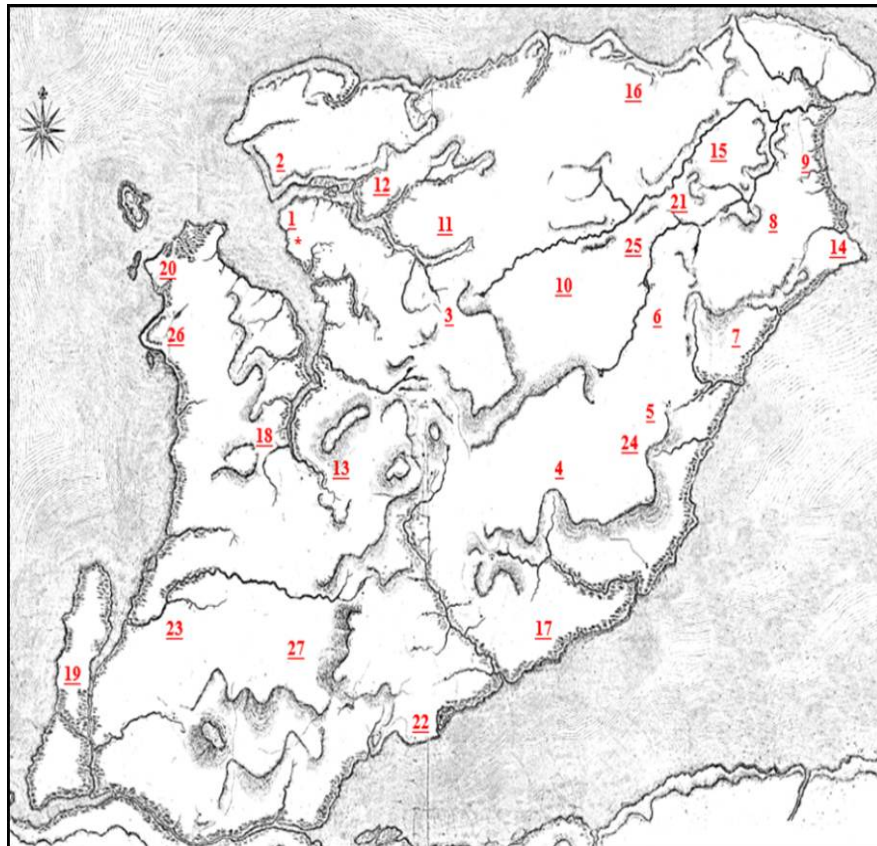
<sup>21</sup> Sbrana, D., *op. cit.* 2014; Sbrana, D., *op. cit.*, 2015, p. 7.

<sup>22</sup> Meireles, M., *op. cit.*, 2015a.; Meireles, M., *op. cit.*, 2015b; Lacroix, M., *op. cit.*, 2008.

<sup>23</sup> Sbrana, D., *op. cit.*, p. 13.

Pelo mapa apresentado por Sbrana<sup>24</sup> (Figura 1) podemos notar que o projeto colonial europeu procurava se alastrar sobre a fisionomia geográfica da sociedade tupinambá, e assim foi ao longo dos séculos se concretizando; pouco a pouco a «cidade» tupinambá foi sendo tomada pela economia, política, arquitetura exógena europeia.

**Figura 1**  
**Localização das aldeias tupinambás de Upaon-Açu**



Fonte: Sbrana, 2015.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Sbrana, D., *op. cit.*, 2015.

<sup>25</sup> Para leitura e compreensão do mapa acima faz-se necessário o quadro que segue (Quadro 2)

**Quadro 2**  
**Localidade indígenas com os respectivos nomes atuais**

Nº	Localidade	Nomes Atuais
*	Forte dos Franceses	Palácio dos Leões
1	Jeviree	Praia Grande
2	Jeviree-a-pequena	São Francisco
3	Toroup	Turu
4	Januarem	Jaguarema
5	Junipará	Jeniparana
6	Uatimbou	Timbuba
7	Carnaupió	Cajapió
8	Itapari	Itapari
9	Timboí	Panaquatira
10	Maioba	Maioba
11	Coieup	Cutim
12	Eussauap	Vinhais
13	Maracana-pisip	Maracanã
14	Meurutieuve	Mirititua
15	Euaive	Iguaíba
16	AraçuiJeuve	Araçagi
17	Uarapirã	Guarapiranga
18	Euapar	Gapara
19	Taperoussou	Tauá-Mirim
20	Pacuri-Euve	Praia do Boqueirão
21	Pindotube	Pindoba
22	Jiroparieta	Arraial
23	Eucatu	Rio dos Cachorros
24	Junipará pequeno	Jeniparana
25	Mocajituba	Mocajituba
26	Itaqui	Itaqui
27	Anandiba	Tanandiba

Fonte: Elaboração própria com base em Sbrana, 2015.

## 2. Marcas atuais do projeto de invasão dos europeus: o São Luís do *continuum* colonial, dos projetos de desenvolvimento

São várias as possibilidades de se analisar, na atualidade, as marcas do *continuum colonial* nessa cidade que se espalhou sobre a Upaon-Açu: a financeirização da formação do espaço urbano, a contínua e crescente desigualdade social e econômica, a ação seletiva e consorciada do Estado com o capital privado.<sup>26</sup> Ferreira apesar de assumir a fundação francesa como marco da origem de Upaon-Açu admite e advoga que a Ilha ainda reflete as nuances da colonialidade tanto ao sugerir uma periodização longa e sem as quebras e rupturas próprias da historiografia tradicional, quanto nos argumentos, ao longo de toda obra, que sustentam as ações do Estado (União, Estado e Município) consorciadas ao capital.

Apesar de ratificarmos nossa negligência consciente quanto ao tempo marcado, evolutivo e linear (próprio da história como disciplina), «em que a maioria dos *atores* não teve a oportunidade de ser também *narradores*»<sup>27</sup>, que exclui as vivências dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, enfatizaremos os dois últimos períodos sugeridos por Ferreira e faremos os recuos temporais quando necessários para compreender as nuances da resistência, no presente, dos grupos cujas vivências históricas foram excluídas, no passado pela empresa colonial, e agora pelos projetos de desenvolvimento.

Esses dois últimos períodos (1951-1970 e 1971-2012) marcados por Ferreira<sup>28</sup> foi neles que o Estado (esferas municipal, estadual e federal) passou a transferir, de modo mais acelerado, as reservas de terras públicas (saldo do regime brasileiro de propriedade colonial e imperial), praticamente toda superfície da Ilha do Maranhão, para o controle privado de grandes corporações e especuladores em desfavor das populações locais já possuidoras e usuárias das terras, além de ser, quando se observou a intensificação de planos e projetos de urbanização e industrialização, conduzidos pelo par Capital-Estado que resultou no maior e mais significativo aumento demográfico já visto depois da emergência da colonização (= modernização) da Ilha. Os dados oficiais dão conta de que em 1951, São Luís contava com

<sup>26</sup> Ferreira, A., *op. cit.*

<sup>27</sup> Mignolo, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, p. 41.

<sup>28</sup> Ferreira, A., *op. cit.*

uma população de apenas 70.731 habitantes<sup>29</sup>, passando a partir de então a surtos vertiginosos de aumento populacional, chegando a 449.433 em 1980 e a 696.371 em 1991, sendo que hoje (2018) sua população está estimada em 1.094.667 e de toda a Ilha é de 1.421.946<sup>30</sup>.

Os principais indutores dessas mudanças, sobretudo no último período, foram os grandes projetos de desenvolvimento intensivos em terra e capital, que contaram com força de trabalho farta e barata. Nesse sentido, é o próprio<sup>31</sup> Ferreira que constata:

[...] que apesar de instituições da esfera estadual defender o contrário... o efeito multiplicador urbano de tais projetos é reduzidíssimo, pois os mesmos concentram-se na fabricação de produtos intermediários, que têm os principais mercados localizados no Sudeste do Brasil e no exterior. Por isso, esse «núcleo industrial» de São Luís revela-se enquanto «enclave», à medida que ainda apresenta peculiaridades de «modelo colonial», considerando «uma fonte de matéria-prima no interior, um sistema de transportes definido em função do porto e da fonte de matéria-prima, uma atividade de beneficiamento primário junto ao porto, centros de decisão e mercado externos ao local»..., além do baixo efeito multiplicador da cidade (ausente de grifos no original).

São Luís foi ao longo da década de 1970 até hoje reengendada por uma elite herdeira colonial, que qual seus ancestrais, concebe, planeja e executa o espaço urbano e rural em função de forças e interesses que exploram, expropriam e excluem os grupos por eles tornados sem poder, sem direitos com a finalidade única de lhes servir com seus braços e suas vidas.

Por toda década de 1970 até agora, o condomínio Capital-Estado atualizou as ações de colonização (= modernização) na Upaon-Açu. Duas obras foram fundamentais para espraizar o domínio da elite local consorciada com a nacional e internacional sobre os territórios dos grupos de ancestralidade indígena e/ou africana. A construção da ponte São Francisco (1970) (Figura 2), sobre o rio Anil, que uniu o centro antigo da cidade à ponta do São Francisco, onde se desenhava a cidade nova, e a barragem do Bacanga (1973) (Figura 3), sobre o rio de mesmo nome, que favoreceu o acesso à parte sudoeste da Ilha onde se localiza o porto do Itaqui (cuja construção se iniciara em 1966).

<sup>29</sup> Silva, Gabriela. *Traços desejanter da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970)*, dissertação de Mestrado, São Luís, PPGPP/UFMA, 2012, p. 152.

<sup>30</sup> Ferreira, A., *op. cit.*, p. 86; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=21&search=maranhao> (consulta: 20 novembro 2020).

<sup>31</sup> Ferreira, A., *op. cit.*, p. 85.

**Figura 2**  
**Ponte do São Francisco - São Luís (MA)**



Fonte: Foto Estúdio Edgar Rocha.<sup>32</sup>

**Figura 3**  
**Barragem do Bacanga - São Luís (MA)**



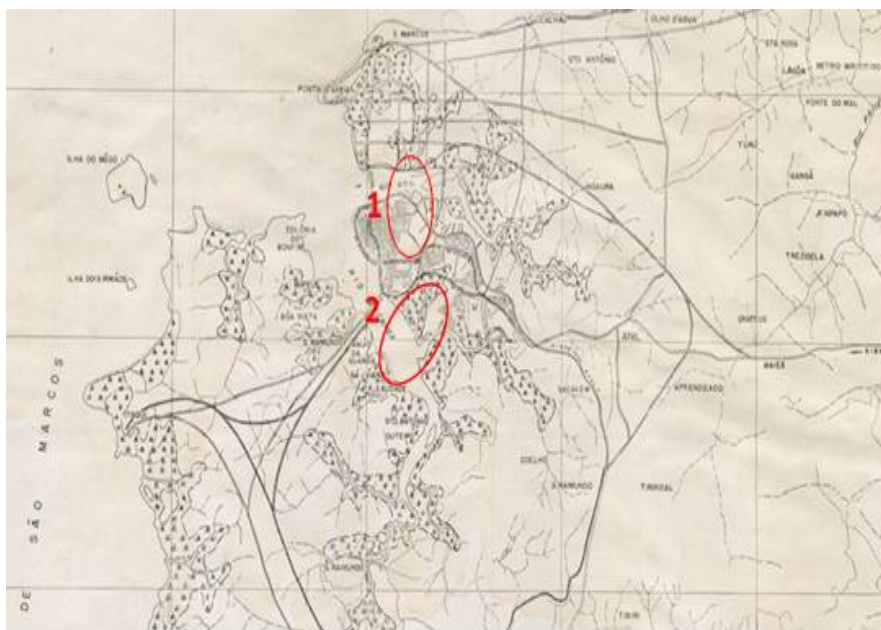
Fonte: Silva, 2012<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Silva G., *op. cit.*, 2012, p. 173.

<sup>33</sup> Silva, G., *op. cit.*, 2012, p. 166.

O desenho da cidade, que passa a se materializar no final da década de 1960 e início de 1970, foi idealizado pelo engenheiro Ruy Ribeiro<sup>34</sup>, ainda uma década antes, em seu «Plano de Expansão da Cidade de São Luís» (Figura 4). Embora o engenheiro tenha passado por desentendimentos com o então governador do Estado, Newton de Barros Belo, parte do plano foi implementado nos anos seguintes, como a ponte do São Francisco (1970), a barragem do Bacanga (1973) e o porto do Itaqui (1966-72).<sup>35</sup>

**Figura 4**  
**Plano de Expansão da Cidade de São Luís**



Fonte: Elaboração própria com base em Mesquita, 1958<sup>36</sup>.

Legenda: 1. Ponte do São Francisco sobre o rio Anil. 2. Barragem do Bacanga sobre o rio de mesmo nome.

<sup>34</sup> Mesquita, Ruy. *Plano de expansão da cidade de São Luís*, São Luís, DER-MA, Mimeo, 1958.

<sup>35</sup> Silva, Gabriela. «O plano de expansão da cidade de São Luís: as ideias de Ruy Mesquita para o crescimento da capital maranhense», *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, PPGPP/UFMA, 2013; Silva, G., *op. cit.*, 2012; Ferreira, A., *op. cit.*

<sup>36</sup> Mesquita, R., *op. cit.*

Para<sup>37</sup> Silva, o Plano de Ruy Mesquita se enquadra na cena de modernização e desenvolvimento pela qual passava o país em meados do século 20.

O documento é dos elementos emblemáticos do movimento de modernização da capital, assinado pelo, então, engenheiro e diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Maranhão (DER-MA), Ruy Ribeiro Mesquita (sic).

Mesquita refletia a dialética do urbanismo racionalista moderno, encontrava-se inteiramente inserido ao discurso do capitalismo de sua época e em perfeita consonância com a política do governo popular de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Nas palavras do próprio<sup>38</sup> Mesquita «é fácil concluir que boas estradas de rodagem, ligando as zonas rurais com a cidade e em articulação com os demais sistemas de viação (férrea, fluvial e marítima), constituirão um sistema básico para o desenvolvimento e o progresso da Ilha de São Luís».

O fetiche do progresso, do desenvolvimento e da modernização que guia todo o Plano de Mesquita (1958) celebra novos horizontes e formas de colonização dos territórios dos grupos de ancestralidade indígena e/ou africana e daqueles despossuídos econômica e politicamente, no longo processo de acumulação de riqueza pela elite herdeira colonial em São Luís.

Na década de 1980, por ocasião da instalação da planta da fábrica da ALUMAR, a irmã<sup>39</sup> Bárbara denunciava que o «CDI indeniza arbitrariamente 17 povoados, num total de 20 mil pessoas, recebendo da ALCOA 10 por cento de cada compra». Gistelinck<sup>40</sup> escrevia sobre as especulações, as indenizações e os despejos das comunidades realizados pelo Estado em acordo com a ALUMAR e Vale.

Sobre o projeto de desenvolvimento, símbolo maior da modernização (= colonização) desse período, a ponte do São Francisco, batizada pelos seus idealizadores como a «ponte da esperança», Silva<sup>41</sup> afirma que:

---

<sup>37</sup> Silva, G., *op. cit.*, 2013, pp. 2-4.

<sup>38</sup> Mesquita, R. *op. cit.*, p. 1.

<sup>39</sup> English, Bárbara. *Alcoa na Ilha: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luís, Maranhão*, São Luís, Cáritas Brasileira, Escritório Regional São Luís, 1984, p. 41.

<sup>40</sup> Gistelinck, F., *op. cit.*

<sup>41</sup> Silva, G., *op. cit.*, 2012.

A rotina dos moradores foi alterada, mas longe de melhorar suas condições de vida... Muitas famílias que residiam no lugar foram obrigadas a deixar suas casas, sendo poucas as que receberam indenização. Com o passar do tempo e o aumento da especulação imobiliária, a União, proprietária das terras da ponta do São Francisco, passou a reclamar a posse definitiva.

Quanto a José Sarney saiu vitorioso nas eleições para senador pelo Estado do Maranhão. Em 1971 foi para Brasília e em 1985 tornou-se Presidente da República, deixando para os pobres da ponta do São Francisco apenas a vaga lembrança daquela noite de inauguração da *Ponte José Sarney* completamente iluminada pelas luzes do progresso.

Na cidade do *progresso*, «as imposições exigidas para a aquisição de um lote e construção nos levam a acreditar que a população dos mocambos... não estavam incluídas. A cidade nova, autossuficiente, não fora pensada para todos, mas apenas para aqueles que a pudessem possuir.»<sup>42</sup>

Nesse período<sup>43</sup>, segundo Ferreira, os agentes envolvidos na trama da produção do espaço em São Luís, são: «o Estado, os detentores de capital, os apropriadores de terra, os promotores imobiliários, e os moradores de áreas de ocupação». O Estado, apesar de se dizer árbitro das contendas entre o avanço do capital e das demandas sociais da população, tem sido indutor da reprodução do capital, a exemplo do capital comercial, uma vez que: «este abrange atividades que vão desde o incipiente escambo, no início do povoamento, passando por casas importadoras e exportadoras em função da presença da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1758), até os atuais *shopping centers* que se instalaram a partir de 1986»<sup>44</sup>. Sendo que os «apropriadores de terras» também se beneficiam do Estado quando suas supostas propriedades são amparadas «pela ação do Estado, ora pela implantação de infraestrutura, ora pela conversão de terras rurais em urbanas devido à atualização do perímetro urbano.»<sup>45</sup>

Já os grupos ou agentes sociais classificados por Ferreira<sup>46</sup> como «moradores de áreas de ocupação», para nós constituintes do grupo dos povos e populações de ancestralidade indígena e/ou africana, são aqueles que ficam à margem da lei e da estrutura fundiária da

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, pp. 170-171.

<sup>43</sup> Ferreira, A., *op. cit.*, p. 16.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

cidade. E seus componentes são «pessoas que se organizam e lutam, inicialmente por moradia (posse e propriedade do terreno)», como também procuram se organizar para se contrapor às diversas formas de exploração e expropriação, com ações como a «obtenção de maior renda por parte dos proprietários de terras, maior lucro que é pretendido pelos promotores imobiliários, e aluguel mais elevado a ser auferido por proprietários de barracos, casas e apartamentos», postas em marcha pelo próprio Estado e pelos detentores de capital. Entretanto, a despeito de sua exclusão do sistema formal de construção e do mercado imobiliário, esse segmento participa efetivamente da produção do espaço e da vida da cidade, embora quase sempre excluídos ou açoiados pela legislação e pela estrutura de Estado (legislativo, executivo e judiciário).

Estado que se republicou permaneceu colonial e, no caso em tela, pouco importa quem passou a figurar como metrópole, se um «novo imperialismo»<sup>47</sup>, seja ele transfigurado no capital «sem pátria» ou personificado em uma nação império. Decerto que o *modus operandi* colonial se mantém e se volta para os grupos e comunidades cuja ancestralidade remonta aos indígenas da terra ou aos escravizados vindos de África, ou daqueles que hoje ocupam seus lugares sociais de outrora.

Aldeias várias foram transformadas em alojamento de tropas, centros comerciais, indústrias, conjuntos habitacionais e, dessa herança, hoje os povos e populações tradicionais veem seus territórios tomados pela elite herdeira colonial, a exemplo daqueles que perderam seus territórios para a política de modernização (= colonização) urbana; para a Vale ou ALUMAR; para a Termelétrica Porto Itaqui. As praias e povoados de pescadores dão lugar a bases industriais poluentes ou a bairros donde se vê a verticalização da cidade com seus prédios que excluem os nativos e acolhem a especulação via financeirização da cidade.<sup>48</sup>

Para se ter ideia da exclusão via financeirização imposta pelo par Capital-Estado, Ferreira analisa o vertiginoso aumento dos preços de

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>47</sup> Harvey, David. *O novo imperialismo*, Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo, Loyola, 2012.

<sup>48</sup> Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). *Relatório Socio-antropológico. RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II*, São Luís, MA, Brasil, 2014; Mendonça, Bartolomeu. *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço*, Monografia do Curso de Ciências Sociais, São Luís, UFMA, 2006.

imóveis na Ilha do Maranhão. Para tanto, ele utiliza a citação<sup>49</sup> de Vieira que diz que:

[...] para um imóvel de 187 m<sup>2</sup>, no valor atual de R\$ 846.000,00 se o cliente arcar com uma entrada de 20%, a Caixa Econômica Federal financia até 677.000,00, mas para isso, o cliente terá que comprovar um rendimento mensal mínimo de 30.000,00, o que já define o perfil social do morador do Farol da Ilha.

Do que<sup>50</sup> Ferreira argumenta que:

O agravante é que a População Economicamente Ativa de São Luís em 2010, equivalia a 443.288 pessoas ou 43,81% do total (1.011.943), sendo que na faixa de até um  $\frac{1}{4}$  a 2 salários mínimos (1 SM = R\$ 678,00) estão 69,43% dessa população enquanto apenas 3.343 pessoas (0,75% do total) recebem mais de 30 SM, isto é, têm renda mensal superior a R\$ 20.341,00.

Ou seja, aqui temos a materialização do fenômeno mundial daquilo que Harvey<sup>51</sup> estuda como os milhares de pessoas em todo o mundo que se manifestaram, tinham uma percepção comum: a de que se chegou a níveis insuportáveis o controle econômico, e, por conseguinte político, do 1% de pessoas mais ricas e que subordinam a política, as instituições públicas e submetem às condições sub-humanas a grande maioria dos outros 99% da população mundial.

### **3. Projetos de desenvolvimento em questão: resistências à morte da carne, da história, dos rastros dos povos e populações tradicionais**

Como argumentamos em outro trabalho<sup>52</sup>, guarneceados na compreensão de que a acumulação primitiva do capital<sup>53</sup> se efetivou

<sup>48</sup> Vieira, Josenilde Cidreira. *O condomínio Farol da Ilha como nova expressão de reprodução do espaço urbano de São Luís*, Dissertação de Mestrado, São Luís, UEMA, 2013, p. 113.

<sup>50</sup> Ferreira, A., *op. cit.*, p. 110.

<sup>51</sup> Harvey, David; Teles, Edson; Sader, Emir; Alves, Giovanni; Carneiro Soares, Henrique; Wallerstein, Immanuel; Peschanski, Joa Alexandre; Davis, Mike; Zizek, Slavoj; Ali, Tariq, y Safatle, Vladimir. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, Trad. João Alexandre Peschanski, São Paulo, Boitempo, Carta Maior, 2012.

<sup>52</sup> Mendonça, Bartolomeu. *Continuum Colonial: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil*, São Luís, PPGCSOC/UFMA, Tese de doutorado, Mimeo, 2017.

<sup>53</sup> Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*, vol. 1, tomo 2, 2ª ed, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

com a participação das riquezas conquistadas pela empresa colonial e que, por conseguinte, a natureza da sociedade capitalista é, também, colonial, esse último período em São Luís (iniciado na década de 1970 à atualidade) se caracteriza pela ampliação do poder do capital, em todas as dimensões da vida, via acumulação por espoliação.<sup>54</sup>

O controle mundial pelo sistema financeiro é escamoteado por plantas industriais de produção cujas empresas, de capital aberto, que estão por trás delas são verdadeiras bancas de apostas nas mais variadas bolsas de valores mundo afora, como bem lembrou<sup>55</sup> Harvey do anúncio feito por James Roderick: «a tarefa da administração é fazer dinheiro, e não aço'», mesmo sendo ele presidente da US Steel, uma corporação estadunidense do ramo de produção de aço.

Pautadas por esse mesmo paradigma, a ALUMAR e a Vale, que além de terem sido beneficiadas com recusa fiscal<sup>56</sup>, mantêm influência direta na economia, na política e na estrutura espacial (urbana e rural) da cidade com objetivo de «fazer dinheiro», e não outra coisa. Para elas, produzir alumínio/alumina ou extrair minérios é secundário. Foram assentadas nessa matriz de negócios que essas duas corporações, com o irrestrito apoio do Estado, investiram contra os territórios das comunidades da parte sudoeste da Ilha do Maranhão (Quadro 3), espoliando suas riquezas, suas terras, seus recursos.

Sobre a Vale, Mendonça<sup>57</sup> afirma que:

com os apoios do Governo do Estado do Maranhão e do Executivo Nacional, utilizando recursos públicos e capital emprestado por organismos internacionais escolheu como espaço para sua sede administrativa a Praia do Boqueirão, no Município de São Luís. Como esta área era ocupada por dezenas de famílias que viviam, principalmente, da pesca e do uso da terra para plantio, a Vale, para fazer uso, teria que «limpar» a área. Então, começou toda sorte de negociação entre a Vale e os moradores para se chegar a um consenso com relação aos valores das indenizações e/ou lugares onde seriam assentadas essas pessoas. Muitos moradores além de não receberem indenizações por suas benfeitorias foram obrigados a sair da área à força. Outros enfrentaram máquinas, poeira, e até mesmo a polícia em defesa de suas posses e, por último, a situação de viver num lugar sem qualquer infraestrutura de redes de vizinhança e de pequenos comércios, uma

<sup>54</sup> Harvey, D., *op. cit.*, 2012.

<sup>55</sup> Harvey, D., *op. cit.*, p. 150.

<sup>56</sup> Costa, Sílvia. *A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional*, Dissertação de Mestrado, São Luís, UFMA/PPGPP, 2003, p. 112.

<sup>57</sup> Mendonça, B., *op. cit.*, 2006, p. 36.

**Quadro 3**  
**Comunidades deslocadas pelos empreendimentos da Vale e**  
**ALUMAR – São Luís/MA**

ALUMAR		VALE	
COMUNIDADE	USO DA EMPRESA	COMUNIDADE	USO DA EMPRESA
Macaco	Porto	Engenho do Gilico	-
Boa Vista	Porto	Mãe Chica	-
Carnaúba	Porto	Mapaúra	-
Tambaú	Redução	Portas Verdes	-
Lava Pé	Redução	Jacu* (em parte)	-
Santa Efigênia	-		
Areia Branca	Refinaria	Gapara* (em parte)	-
Inhaúma (em parte)	Refinaria	Boqueirão	Porto e Administração
Itaperuçú	Segunda fábrica, Lagoa de rejeitos	Itaqui (em parte)	Porto
Samambaia	Segunda fábrica	Alto Paraíso	Parque estoque de minério
Pacoatiua	Parque ambiental	Cetrap	Parque ambiental, primeiro núcleo de reassentados de deslocamentos
Pindotíua	Parque ambiental		
Tainha	Parque ambiental		
Andiroba	Parque ambiental		
Maruaí	Parque ambiental		
Igarauá (em parte)	Lagoa de rejeitos		
Anajatiua	Lagoa de rejeitos		
Arraial (em parte)	Lagoa de rejeitos		
Formigueiro	Lagoa de rejeitos		
Aracaua	Lagoa de rejeitos		
Babilônia	Lagoa de rejeitos		
Sítio Maruaí (nascente igarapé)	Sem uso**		

Fonte: Elaboração própria com base no Relato Beto do Taim.

vez que os técnicos da Vale compraram as casas e comércios de forma esparsa gerando insustentabilidade do grupo e levando os moradores que resistiam à desistência, abandonando suas posses ou vendendo-as por preços insignificantes.

E a ALUMAR<sup>58</sup>, tamanho é seu poder de influência, que por ocasião da instalação da sua planta de beneficiamento de bauxita e alumina em São Luís, foi generosamente agraciada com cerca de 34% da área total do distrito industrial da cidade.<sup>59</sup> Situação que gerou e gera espanto tanto às comunidades diretamente afetadas quanto aos estudiosos do assunto. Alberto Cantanhede Lopes<sup>60</sup>, o Beto do Taim, assim avalia a «generosidade» estatal para com o capital internacional, materializado nas multinacionais que se instalaram na Ilha do Maranhão.

Os atores políticos de comando do Estado quando previram essas transferências dos títulos de terras, eles inclusive exageraram em suas generosidades com esses empreendimentos... por exemplo a ALCOA ficou com uma fatia de terra em São Luís equivalente a mais de 8 mil hectares só no lado norte da BR-135 e mais uma porção do lado sul... as duas somam aproximadamente 14 mil hectares de área, e que a ALUMAR/ALCOA não vai usar essa área, daí faz propaganda de que ela criou um parque ambiental em São Luís, aquelas áreas eram das comunidades que foram tomadas pelo Estado para entregar de graça pra ela... é uma área muito grande [sem uso]... por isso que eu digo foram generosos demais pra não dizer outras palavras... poderiam ter previsto o crescimento industrial... e se tivessem feito de forma legal, de forma justa poderiam prever que aquela área ali também poderia servir para implantação de alguns empreendimentos... e agora pra

---

<sup>58</sup> A ALUMAR, «resultou da fusão em forma de consórcio da Alcoa do Brasil S.A. (filial da Aluminium Company of America, com sede em Pittsburg – E.U.A.), a Billington Metais S.A. (subsidiária da Royal Dutch Shell, sediada na Inglaterra)». Ferreira, A., *op. cit.* p. 83.

<sup>59</sup> *Ibidem.*

<sup>60</sup> Alberto Cantanhede Lopes, 54 anos, é pescador e liderança dos movimentos sociais, atuando, principalmente, em organizações de defesa da pesca artesanal e da agricultura familiar, bem como dos territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana. Foi presidente da União de Moradores do Taim (comunidade em que nasceu e vive até hoje), Diretor da Colônia de Pescadores de São Luís (Z-10), Presidente da Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Recebeu o Prêmio FAPEMA 2015: «Honra ao mérito saber popular». Atualmente é membro do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim (São Luís/MA), da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM) e do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal). Neste trabalho referir-nos-emos a ele sempre como Beto do Taim ou, somente, Beto.

ampliar o retroporto corre-se de novo para pressionar o que sobra de populações tradicionais nesse lado sudoeste da Ilha... É o mesmo Estado...que entrega 20 mil hectares pra dois empreendimentos, a ALCOA e a Vale... é o mesmo Estado que nega agora... nega 4 mil hectares para se criar uma Unidade de Conservação [Resex Tauá-Mirim]... os 4 mil que estamos pleiteando para criar a RESEX de Tauá-Mirim, que estão em 12 comunidades... que abriga mais ou menos 2.500 famílias... é uma lógica mercadológica que não se justifica (Beto do Taim, em entrevista concedida ao autor em 08 out. 2016).

Corroborando com a análise de Beto do Taim, English<sup>61</sup> diz que:

[...] o tão propagado desenvolvimento, anunciado no rol das vantagens da ALCOA, esbarra na própria realidade maranhense. Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 ha. de reserva e 3.500 de uso) engolindo uma considerável fatia do território da Ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário, e praticamente monopoliza a área do Distrito Industrial.

Costa<sup>62</sup> lembra que foi doado à ALUMAR «um total de 10.000 hectares concedido pelo governo estadual, quando solicitava inicialmente 3500 ha». Na mesma direção, Alves<sup>63</sup> escreve que foi concedida para instalação da fábrica da ALUMAR, inicialmente, «uma área de 3.500 ha por meio de um acordo entre a empresa e o governo estadual. Posteriormente, a empresa requereu do governo estadual, o aumento de 10.000 ha, o que correspondia, a 12% do território da Ilha do Maranhão e a 50% do Distrito Industrial de São Luís».

Já Gistelínck<sup>64</sup>, sobre a partilha do distrito industrial de São Luís, diz que «na Ilha de São Luís, com uma superfície de 504 Km<sup>2</sup>, 190 Km<sup>2</sup> são reservados para industrialização. Desses 190 Km<sup>2</sup>, 100 Km<sup>2</sup> são da ALUMAR, 22 Km<sup>2</sup> da CVRD, 35 Km<sup>2</sup> reservados para a implantação da siderurgia e o resto para outras indústrias.»

A ALUMAR passa a representar, no Maranhão e na Ilha Upaon-Açu a encarnação do paradigma dos projetos de desenvolvimento, a colonização (= modernização) pela via do capital estrangeiro, sendo agraciada pelas estratégias de atração de investimentos da então Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI-MA), quando o governo estadual.

<sup>61</sup> English, B., *op. cit.*, p. 55.

<sup>62</sup> Costa, S., *op. cit.*, p. 74.

<sup>63</sup> Alves, Elio. *Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA*, Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2014, pp.41-42.

<sup>64</sup> Gistelínck, F., *op. cit.*, p. 103.

[...] tornava público vantagens locacionais de empreendimentos industriais se instalarem em São Luís. Entre tais, ressaltaram-se: acesso rodoviário asfaltado; energia elétrica; pagamento de terreno e água subsidiados; telefone; telex; isenção total ou parcial de Imposto de Circulação de Mercadoria – ICM; incentivos via FINOR [Fundo de Investimentos do Nordeste] (SUDENE) e FINAM [Fundo de Investimentos da Amazônia] (SUDAN); além de crédito especializado. Adicione-se a isso a boa localização do distrito industrial em se tratando de zona urbana, bem como as potencialidades quanto à atividade portuária no entorno do Itaqui.<sup>65</sup>

Aliado à divulgação dessa espécie de peça publicitária, o governo do Estado ainda garantiu por lei (Decreto Estadual nº 7.632/80) grande quantidade de terras para uso industrial, sendo «reservada uma área de 199,43 Km<sup>2</sup>... (implicando em 23,89% do município do São Luís), a ser dedicada exclusivamente à implantação do distrito industrial.»<sup>66</sup>

Todas essas providências foram interpretadas por Ferreira<sup>67</sup> como sendo a «articulação entre o Estado (incluindo as três esferas) e os detentores do capital», que levou à «materialização da modificação da economia de São Luís», uma vez que «estavam implantadas as condições capazes de viabilizar a reprodução ampliada do capital». A «reprodução ampliada do capital» durante as décadas de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, gerou inchaço urbano, que garantiu disponibilidade de oferta de força de trabalho a preços baixíssimos. Com isso, houve um vertiginoso aumento populacional, que «passou de 449.433 habitantes em 1980 para 696.371 em 1991, implicando que 246.933 novos indivíduos foram incorporados a esse espaço urbano».<sup>68</sup>

O último avanço na pavimentação das condições para instalação de mais projetos intensivos em capital e recursos naturais na Ilha do Maranhão, que leva à espoliação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e populações das periferias da cidade é a revisão do Plano Diretor do Município de São Luís (Lei 4669/06), que se arrasta desde 2015 até hoje.

---

<sup>65</sup> Ferreira, A., *op. cit.* p. 81.

<sup>66</sup> *Ibidem.*

<sup>67</sup> *Ibidem.*

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 86.

## Conclusão

Neste último período, da década de 1970 para cá, em São Luís as investidas do consórcio empresários/governantes para levar a cabo seus projetos de desenvolvimento ou pavimentar a estrutura necessária para este intento, materializadas pelo PGC e seus desdobramentos, enfrentaram diversas formas de reações, sendo as mais robustas, sistemáticas e significativas aquelas impostas pelo Comitê de Defesa da Ilha (anos 1980), Movimento Reage São Luís (iniciado em 2004) e Movimento de Defesa da Ilha (iniciado em 2014), todos eles herdeiros das lutas, do sangue, das histórias, das memórias vivas daqueles que habitavam o lugar social, econômico, político, religioso, cultural dos indígenas e negros dos primeiros tempos da colonialidade (= modernidade).

O que procuramos demonstrar, subvertendo a clássica submissão epistemológica à temporalidade presente, foi que os tempos sociais longamente recuados se sobrepõem aos tempos de agora na matriz de desenvolvimento imposta pelos grupos de poder que se apropriam dos fundos públicos, da riqueza comum, para conquistar e submeter territórios recursos e populações, que por sua vez se rebelam contra as formas de violência e de tirania. Permitir-nos analisar por esta via pode nos possibilitar ver nuances que de outro modo nos ficaram turvas.

## Referencias

- Alves, Elio. *Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA*, Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2014.
- Araújo, Elienê; Teles, Mércia, y Lago, Willinielsen. «Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM», en: *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009*, INPE, pp. 4631-4638.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Tradução Sergio Paulo Rouanet, 3ª ed., Obras Escolhidas, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Bettendorff, João. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

- Costa, Sílvia. *A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional*, Dissertação de Mestrado, São Luís, UFMA/PPGPP, 2003.
- Dussel, Enrique. «Europa, modernidade e eurocentrismo», en: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*, Buenos Aires, CLACSO, 2005, pp. 55-70.
- English, Bárbara. *Alcoa na Ilha: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luís, Maranhão*, São Luis, Cáritas Brasileira, Escritório Regional São Luís, 1984.
- Feitosa, Antônio. «Controvérsias na denominação da Ilha do Maranhão», *Humanae Res*, São Luís, vol. 1, no. 1, jul/dez 1990, pp. 72-82.
- Ferreira, Antônio. *A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro*, São Luís, EDUFMA, 2014.
- GEDMMA. *Relatório Socio-antropológico. RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II*, São Luís/MA – Brasil, 2014.
- Gistelink, Frans. *Carajás: usinas e favelas*, São Luís, Minerva, 1988.
- Harvey, David. *O novo imperialismo*, Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo, Loyola, 2012.
- Harvey, David; Teles, Edson; Sader, Emir; Alves, Giovanni; Carneiro Soares, Henrique; Wallerstein, Immanuel; Peschanski, Joa Alexandre; Davis, Mike; Zizek, Slavoj; Ali, Tariq, y Safatle, Vladimir. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, Trad. João Alexandre Peschanski, São Paulo, Boitempo, Carta Maior, 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Cidades. Maranhão/ Municípios/Histórico*, 2019, disponible em: <http://cidades.ibge.gov.br/maranhao> (consulta: 05 jan. 2019).
- Lacroix, Maria. *A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos*, São Luís, Editora UEMA, 2008.
- Lacroix, Maria. *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial*, São Luís, UEMA, 2006.
- Lander, Edgardo. «Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos», en Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais*, Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*, vol. 1, tomo 2, 2ª ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R., Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

- Meireles, Mário. *França Equinocial*, 3ª ed, São Luís, Edições AML, 2012.
- Meireles, Mário. *História de São Luís*, 2ª ed, São Luís, Edições AML, 2015a.
- Meireles, Mário. *História do Maranhão*, 5ª ed, São Luís, AML, 2015b.
- Mendonça, Bartolomeu. *Continuum Colonial: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil*, São Luís, PPGCSOC/UFMA, Tese de doutorado, mimeo, 2017.
- Mendonça, Bartolomeu. *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço*, Monografia do Curso de Ciências Sociais, São Luís, UFMA, 2006.
- Mesquita, Ruy. *Plano de expansão da cidade de São Luís*, São Luís, DER-MA, mimeo, 1958.
- Mignolo, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- Sbrana, Darlan. *Entre reis, morubixabas, príncipes e principais: chefes tupinambá da Ilha Grande do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses*, Monografia curso de História. São Luís, UFMA, mimeo, 2014.
- Sbrana, Darlan. *A Ilha antes de São Luís: localização das aldeias tupinambás da Ilha Grande do Maranhão (século XVII)*, São Luís, FAPEMA/UFMA, 2015.
- Silva, Gabriela. «O plano de expansão da cidade de São Luís: as ideias de Ruy Mesquita para o crescimento da capital maranhense», *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, PPGPP/UFMA, 2013, disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo13-questaurbanaegestaodascidades/pdf/oplanodeexpansaodacidadedesauluis.pdf>. (consulta:10.08.2017).
- Silva, Gabriela. *Traços desejanter da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970)*, Dissertação de Mestrado, São Luís, PPGPP/UFMA, 2012, disponível em: [http://www.tedeabc.ufma.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1260](http://www.tedeabc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1260).
- Vieira, Josenilde Cidreira. *O condomínio Farol da Ilha como nova expressão de reprodução do espaço urbano de São Luís*, Dissertação de Mestrado, São Luís, UEMA, 2013.